

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico.....	2
Título: Bolsonaro descarta alta da Cide da gasolina	2
Título: Vale lança frente em Nova York na dura disputa contra ex-sócio.....	3
Título: Petrobras diz que caixa tem queima de US\$ 1 bilhão	5
Título: Projeções de carga de energia deverão ser revisadas.....	7
Título: Projeto gera dúvidas sobre garimpo de ouro	8
Título: Mesmo com crise, aumenta a arrecadação de royalties	10
Título: Destaques	11
Título: Curtas	12
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	12
Título: O que explica o saldo comercial na pandemia	12
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	13
Título: Presidente inclui construção entre atividades essenciais	13
VEÍCULO: O Globo.....	14
Título: Bolsonaro vai questionar reajuste da gasolina.....	14

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 08/05/2020****Seção: Brasil****Autor: Fabio Murakawa, Rafael Walendorff, Cristiano Zaia e Lu Aiko Otta — De Brasília****Título: Bolsonaro descarta alta da Cide da gasolina**

O presidente Jair Bolsonaro não pretende atender ao pleito da indústria sucroalcooleira e aumentar impostos para salvar o setor, em dificuldade por conta da queda abrupta do preço da gasolina na bomba. O fenômeno reflete o que ocorre com o petróleo no mercado internacional, afetado pelo desaquecimento econômico por conta da pandemia de covid-19.

A alta da Cide opõe o ministro da Economia, Paulo Guedes, aos colegas **Bento Albuquerque, de Minas e Energia**, e Tereza Cristina, da Agricultura, porta-vozes dos interesses do setor no governo. Até a semana passada, empresários do ramo davam como certa alta de R\$ 0,10 para R\$ 0,30 por litro do combustível, o que não ocorreu.

O dissenso levou o problema à mesa de Bolsonaro. Nos últimos dias, ministros palacianos já diziam que dificilmente o presidente concordaria em atender a esse pleito, o que colocaria novamente o Palácio do Planalto em conflito com Guedes. Ontem, Bolsonaro confirmou essa tendência.

“Minha política durante a campanha foi de não aumentar impostos, foi [a política] do Paulo Guedes o tempo todo”, disse Bolsonaro a jornalistas no Palácio da Alvorada. “Não acho justo agora aumentar a Cide para salvar o setor sucroalcooleiro. No momento em que estamos perdendo emprego, pessoal com salários reduzidos por acordos, o governo federal para salvar o ‘teu lado’ aumenta o imposto. Isso não é dilema, é situação que coloquei na mesa, acho que não serei derrotado no meus argumentos e assim deve ser posto.”

Bolsonaro voltou a citar uma ideia que desagrade aos governadores: a redução do ICMS sobre combustíveis. “Alguns do governo querem, alguns do Nordeste. O mais interessado é São Paulo, mais de cem cidades vivem exclusivamente da cana-de-açúcar. Para tornar o álcool competitivo tem dois caminhos: diminuir ICMS ou aumentar imposto da gasolina.”

Guedes e sua equipe são contra medidas que atendam a um setor específico. As ações anunciadas pelo governo para o combate à covid-19 atendem às empresas como um todo. O ministro também tem sido refratário à ideia de elevar impostos em meio à crise.

Tereza Cristina disse ao **Valor** que pretende conversar a partir de hoje com o presidente, Guedes e Bento em busca de outras medidas de socorro ao setor. “O presidente foi coerente com seu pensamento. Sempre foi contra aumento de imposto sobre combustível. Agora é um momento em que precisamos ver se há outra alternativa, se tem algo a fazer para ajudar o setor, que está com problemas. Nossa preocupação é com os empregos.”

Anteontem, Tereza e Bento haviam falado com Bolsonaro na tentativa de convencê-lo a aumentar a Cide sobre a gasolina. Com a fala ontem de Bolsonaro, porém, o cardápio de medidas tributárias está praticamente descartado, diz uma alta fonte do governo.

Ontem, ao chegar ao Palácio da Alvorada após o expediente, Bolsonaro disse que vai questionar a Petrobrás sobre o aumento de 12% no preço da gasolina nas refinarias, que classificou de “manobra”.

Ele afirmou que não constatou elevação no petróleo a nível mundial, o que não justificaria a atualização no Brasil.

“A Petrobras subiu 12% a partir de hoje. Eu não vi o preço do petróleo aumentar lá fora para subir 12 % aqui dentro. Quero saber que manobra foi essa. Não é interferir, é um direito que tenho de saber. Não sei porque a Petrobras aumentou, ela segue a política internacional do preço do petróleo.”

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 08/05/2020

Seção: Empresas

Autor: Neil Hume — Financial Times, de Londres

Título: Vale lança frente em Nova York na dura disputa contra ex-sócio

A Vale está exigindo o recebimento de informações de alguns dos maiores nomes do mercado imobiliário de Nova York para tentar reaver recursos ligados a um investimento de US\$ 500 milhões em seu projeto de minério de ferro malsucedido na Guiné.

A ofensiva para trazer à tona documentos por meio do sistema legal americano marca o mais novo episódio na longa disputa entre a mineradora brasileira e a família de Beny Steinmetz, um magnata israelense da área de diamantes.

A Vale pede a apresentação de intimações a Aby Rosen e René Benko, magnatas do setor imobiliário, e a Ziel Feldman, um incorporador imobiliário de Nova York, segundo documentos apresentados a um tribunal, aos quais o “Financial Times” teve acesso.

A empresa sustenta que US\$ 500 milhões obtidos “fraudulentamente” em 2010 pela BSG Resources (BSGR), empresa de mineração da família Steinmetz, para um empreendimento conjunto de minério de ferro na Guiné foram investidos posteriormente em ativos imobiliários em Nova York.

“A Vale procura documentos relacionados a transações imobiliárias entre os intimados e os réus e seus pais, subsidiárias, afiliadas, beneficiários e agentes, para verificar se os US\$ 500 milhões obtidos fraudulentamente da Vale foram usados na compra, financiamento ou venda de qualquer um desses ativos imobiliários e onde o rendimento rastreável do pagamento dos US\$ 500 milhões está hoje”, segundo o documento.

Os réus nomeados no caso são Steinmetz e cinco executivos que trabalharam para a BSGR, assim como para a Nysco e a Balda, empresas também controladas pela família Steinmetz.

Os intimados citados nos documentos são: HFZ, veículo de investimento do empresário Feldman; a Signa, empresa imobiliária austríaca fundada por Benko; e a RFR Holding, uma empresa nova-iorquina fundada por Rosen. Em 2019, a Signa e a RFR compraram o Chrysler Building por US\$ 150 milhões.

Em sua petição, a Vale sustenta que a maior parte do pagamento de US\$ 500 milhões feito para o projeto de minério de ferro malsucedido foi “canalizada” da BSGR - passando pela controladora Nysco - até sua “controladora final, a Balda, um truste de Liechtenstein, do qual Steinmetz e sua família são os únicos beneficiários”.

“Um quadro histórico das evidências disponíveis publicamente e dos documentos produzidos em processos relacionados sugere que os réus investiram uma porção de seus ganhos ilícitos em imóveis valiosos e icônicos localizados em Manhattan por meio de joint ventures com a HFZ e a Signa Holdings GmbH”, segundo os documentos apresentados em um tribunal de Nova York.

A HFZ não respondeu os e-mails para comentar o assunto. A Signa informou que sua joint venture com a BSGRE, o braço imobiliário da família Steinmetz, foi encerrada no início de 2015. Rosen não quis comentar o assunto.

A disputa entre a Vale e Steinmetz data de 2010, quando a mineradora brasileira acertou a compra de participação de 51% nos ativos da BSGR na Guiné, incluindo dois blocos em Simandou, um dos maiores depósitos não explorados de minério de ferro.

Posteriormente, no entanto, o empreendimento conjunto para desenvolver o ativo perdeu sua licença, depois de o governo da Guiné ter concluído, em 2014,

que os direitos para explorar Simandou e outra concessão de mineração haviam sido obtidos por meio de suborno. A Vale iniciou um processo contra a BSGR logo depois dessa decisão.

Em 2019, um tribunal de arbitragem em Londres ordenou que a BSGR pagasse à Vale mais de US\$ 2 bilhões, depois de concluir que havia feito declarações falsas sobre a joint venture.

A indenização concedida à Vale refere-se ao pagamento inicial de US\$ 500 milhões feito à BSGR e outros US\$ 746 milhões investidos na Guiné, mais juros e custos.

A BSGR, que foi colocada sob administração judicial na ilha de Guernsey para proteger-se contra processos, tentou reverter a decisão, argumentando que não houve imparcialidade, mas perdeu o caso no Supremo Tribunal de Londres em novembro de 2019.

Steinmetz e cinco executivos da BSGR, posteriormente, foram alvos de uma ordem de congelamento de ativos obtida pela Vale.

As intimações em Nova York marcam a mais nova tentativa da Vale para que se cumpra o pagamento definido pela arbitragem.

Steinmetz, que enfrenta acusações de corrupção na Suíça, negadas por ele, também ligadas ao projeto de Simandou, não quis comentar o assunto. Ele e a BSGR sempre negaram as acusações de suborno. Vale também não quis comentar as informações.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 08/05/2020

Seção: Empresas

Autor: André Ramalho — Do Rio

Título: Petrobras diz que caixa tem queima de US\$ 1 bilhão

O choque dos preços do petróleo no mercado internacional tem feito a Petrobras queimar cerca de US\$ 1 bilhão do seu caixa por mês, disse a diretora financeira da companhia, Andrea Marques de Almeida. A situação, segundo a executiva, exigiu da empresa a adoção de um pacote de medidas para reduzir custos e aumentar a liquidez e, assim, fazer frente à crise em 2020.

A estatal fechou 2019 com US\$ 7,4 bilhões em caixa e vinha trabalhando com a meta de atingir caixa mínimo de US\$ 5,5 bilhões. Desde que assumiu o comando

da Petrobras, Roberto Castello Branco tem defendido a redução do excesso de caixa da empresa, de forma que o dinheiro disponível seja empregado em projetos de maior retorno, ao invés de ser aplicado em títulos de baixo risco no mercado financeiro, mas com taxas de juros baixas. Se antes a ideia era reduzir o caixa, o lema agora é preservá-lo.

“Os preços menores e a demanda menor afetam de forma significativa nossa receita. Temos que adequar nossos custos às receitas. Para se ter uma ideia, a Petrobras, hoje em dia, e olhando para frente, dentro do que vimos no nosso cenário, está queimando, consumindo US\$ 1 bilhão de caixa por mês”, afirmou a executiva, na quarta-feira, durante evento on-line com os empregados da companhia, ao defender a adoção das medidas de redução de despesas.

A estatal convive com uma queda de 55% do preço do barril do tipo Brent em 2020. A situação piorou principalmente a partir de março. O petróleo, que até então estava na casa dos US\$ 50, caiu de forma abrupta e, em abril, chegou a ser negociado abaixo dos US\$ 20. Ontem, o Brent fechou com queda de 0,87%, a US\$ 29,46.

Em meio ao aprofundamento da queda da commodity, em março, a estatal anunciou um pacote de medidas de “resiliência”. Dentre outras iniciativas, a companhia sacou US\$ 8 bilhões em instrumentos crédito e mais R\$ 3,5 bilhões em duas novas linhas. A empresa também cortou em cerca de 30% investimentos para 2020, para US\$ 8,5 bilhões; adiou o pagamento de dividendos e bônus do programa de remuneração variável; e prometeu reduzir em US\$ 2 bilhões os gastos operacionais.

Nesse sentido, a petroleira anunciou em abril a “hibernação” (desativação) de 62 plataformas que operam em águas rasas. O número equivale a 75% das 82 unidades de produção que a companhia possui em águas rasas, região que possui um custo de extração mais elevado e que, segundo a estatal, não se sustenta economicamente no atual patamar de preços. Ao todo, as plataformas paralisadas somam produção de 23 mil barris diários de petróleo, cerca de 1% do volume produzido pela empresa.

O diretor de exploração e produção da Petrobras, Carlos Alberto Pereira de Oliveira, justificou a decisão como necessária para “estancar a hemorragia” no caixa da empresa. Ele disse, contudo, que não há qualquer indicativo, neste momento, de que a companhia precisará hibernar mais unidades.

Ele também destacou que a decisão de reduzir a atividade em águas rasas se deve a aspectos econômicos e que, hoje, a queda da demanda já não impõe mais “nenhuma restrição” às operações da companhia. Em março, a empresa chegou a anunciar um corte de 200 mil barris/dia na produção, por falta de mercado. A empresa, no entanto, conseguiu aumentar as exportações de petróleo em abril, para o patamar recorde de 1 milhão barris/dia, e, com isso, voltou atrás da medida.

O comando da estatal reforçou também a defesa pela venda das refinarias. A diretora de refino e gás, Anelise Lara, citou a pressão da indústria de biocombustíveis por aumento da taxa sobre os combustíveis fósseis e destacou que a posição monopolista da empresa no refino deixa a petroleira muito exposta. Na avaliação de Anelise, faltam parceiros na defesa dos interesses do setor. “Precisamos de parceiros na luta por demandas que esse segmento vai precisar enfrentar nos próximos anos”, defendeu.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 08/05/2020

Seção: Empresas

Autor: Letícia Fucuchima — De São Paulo

Título: Projeções de carga de energia deverão ser revisadas

As projeções oficiais de carga (consumo mais perdas) de energia elétrica devem passar por uma revisão extraordinária por causa da pandemia. Responsáveis por esse trabalho, a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), o Operador Nacional do Sistema (ONS) e a Empresa de Pesquisa Energética (EPE) estão se articulando para levar esse pleito à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

“Queremos dar previsibilidade com aderência à realidade. Sabemos que o mercado está mudando, que o mercado tem que se preparar”, disse ontem Rui Altieri, presidente do conselho de administração da CCEE, em conferência com jornalistas. De acordo com o executivo, a proposta a ser enviada à Aneel deve ser finalizada nesta semana.

O cronograma oficial prevê revisões quadrimestrais da carga, sendo que a próxima está marcada para setembro. Os agentes avaliam que não seria adequado aguardar tanto tempo, já que as estimativas de PIB que baseiam o cenário pioraram consideravelmente com o agravamento da pandemia. A última previsão, divulgada no fim de março, dá conta de uma queda de 0,9% da carga em 2020 ante 2019, para 67.249 megawatts médios (MWm), e tem como premissa um crescimento nulo do PIB no ano.

Estudos da CCEE mostram que a queda nacional do consumo de energia pode ter se estabilizado nas últimas semanas, ficando em torno de 16% menor em relação ao nível observado antes das medidas de contenção. A diminuição tem sido mais acentuada no mercado livre de energia (-19%) do que no regulado (-13,9%).

Porém, Altieri observa que alguns fatores podem levar a mudanças nesse cenário, como o relaxamento da quarentena em alguns locais e, em outros, o endurecimento, com “lockdown”. “Temos que acompanhar na próxima semana para ver qual será o efeito dessas medidas”.

Na abertura por ramo de atividade, o setor de veículos continua encabeçando as quedas: em abril, o consumo de energia desse segmento foi 66% inferior ao registrado em igual mês de 2019.

Altieri chama atenção para o comportamento do setor de metalurgia, cujo consumo ficou relativamente estável em março mas, em abril, teve uma queda de 14%, compondo uma redução acumulada de 8%. “Esse setor representa 25% do mercado livre, temos que observar de perto”.

Devido ao peso do setor de veículos na economia local, o Rio Grande do Sul é um dos estados com maior redução do consumo de energia, com 18% frente a abril do ano passado. Em São Paulo, a diminuição foi de 17%.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 08/05/2020

Seção: Empresas

Autor: Rafael Rosas — Do Rio

Título: Projeto gera dúvidas sobre garimpo de ouro

A crise causada pela covid-19 levou a cotação do ouro a acelerar uma alta que vinha sendo vista nos últimos meses. Ontem, a onça-troy para junho fechou cotada a US\$ 1.725,80, aumento de 34,5% na comparação com um ano atrás, quando valia US\$ 1.282,85. Só este ano, a valorização é superior a 13%. O efeito desse movimento, na opinião do presidente da Associação Brasileira de Pesquisa Mineral (ABPM), Luis Maurício Azevedo, foi o crescimento do garimpo no país.

No ano passado, ele frisa, o garimpo respondeu por cerca de 30% das 97 toneladas de ouro produzidas no país. Atualmente, tramita no Congresso o Projeto de Lei 191, que versa sobre exploração mineral e de energia em terras indígenas. Mas para o presidente da ABPM, há insegurança jurídica no texto, o que tira o interesse de grandes mineradoras na questão.

A meta inicial do **secretário de Mineração do Ministério de Minas e Energia (MME), Alexandre Vidigal**, era de que a tramitação do projeto fosse concluída este ano, mas a crise causada pela covid-19 “tornou tudo mais lento e nossas expectativas de prazo ficaram mais complicadas”. Ele defende o texto, e diz que “a hora que a sociedade compreender esse projeto, vai mais aplaudi-lo que criticá-lo.”

“A mineração no Brasil é um patrimônio que tem que ser convertido em riqueza como o mundo inteiro faz, isso com absoluta compatibilidade com as melhores práticas de sustentabilidade e respeito às atividades indígenas”, afirmou Vidigal ao **Valor**. “Cumprimos o nosso papel com extremo rigor técnico, com respeito à norma, à Constituição e agora cabe à casa legislativa ter o seu encaminhamento”, acrescentou. Atualmente, o projeto aguarda a criação de uma Comissão Temporária pela Mesa Diretora da Câmara.

Mas as críticas à viabilidade do projeto são várias. Azevedo, da ABPM, acredita que o projeto é interessante apenas para empreendedores de menor tamanho, hoje fundamentalmente ligados a atividades de garimpo. Ele defende uma proposta diversa do PL 191, de forma a “transformar o garimpeiro em um empresário consciente”, e afirma que deve haver incentivos como licenças autodeclaratórias, proibição do uso de máquinas pesadas em certas áreas e uma política que estimule o pagamento de impostos ao longo da cadeia.

Azevedo argumenta que a demora na solução da questão apenas estimula o garimpo ilegal. Sendo assim, diz que a discussão de proposta mais ampla poderia evitar danos. “O garimpo não faz home office”, alerta.

Sergio Leitão, presidente do Instituto Escolhas - que promove estudos relacionando questões sociais e ambientais com dados e análises econômicas - frisa que o maior risco do PL 191 é deixar espaço “para quem quer operar ganhando e não arcando com o conjunto de salvaguardas que qualquer atividade hoje tem que ter.”

Ele lembra que atualmente o setor de mineração passa por um momento de questionamento na sociedade brasileira devido aos recentes acidentes com barragens em Mariana e Brumadinho.

“A atividade é indispensável, gera insumos necessários, mas precisa encarar, como encarou em vários lugares do mundo, o questionamento como ela funciona, como gera riqueza, como propicia riqueza e, mais do que isso, como ela faz isso sem que seja fator de tensionamento social”, diz Leitão.

Sobre o projeto apresentado pelo governo, ele afirma que o texto “tem várias questões ruins”, criando incertezas jurídicas para grandes empresas. “A grande

questão do projeto é criar situação de vulnerabilidade em quem possa querer atuar em terra indígena com atenção e foco na responsabilidade e nos cuidados ambientais”, afirma, sugerindo o estudo sobre como situações semelhantes foram resolvidas em países como Canadá e Austrália, que têm importantes reservas minerais e questões indígenas relevantes.

“Fica parecendo que está num debate de sim e do não. Não é sim nem não. Tem um conjunto de sims e um conjunto de não que precisam ser devidamente discutidos, analisados, colocados em questionamento para que a partir disso o debate no Congresso permita um avanço”, afirma.

O professor da FGV Direito SP Thiago Amparo cita “questões jurídicas importantes” para que o PL 191 possa avançar. Ele afirma que “o contexto jurídico para proteção de povos indígenas não é favorável à aprovação de um PL que permite a exploração de terras indígenas”. “Legalizar situação de flagrante ilegalidade e inconstitucionalidade como hoje não vai resolver a política pública. Vai dar um revestimento de legalidade a algo que é inconstitucional”, afirma.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 08/05/2020

Seção: Empresas

Autor: Marcos de Moura e Souza — De Belo Horizonte

Título: Mesmo com crise, aumenta a arrecadação de royalties

Mesmo com a paralisia da economia, em decorrência da pandemia da covid-19, o Brasil viu aumentar a arrecadação de royalties de mineração entre janeiro e abril. Foram arrecadados R\$ 1,376 bilhão ante R\$ 1,109 bilhão no mesmo período do ano passado, segundo números reunidos a pedido do **Valor** pelo Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram), entidade que representa as principais empresas de mineração do país.

A arrecadação vem quase toda dos estados do Pará e de Minas Gerais, onde há uma grande extração e minério de ferro e outros minerais representativos no setor. No acumulado dos quatro primeiros meses, os empreendimentos no Pará, que abriga a jazida de ferro e cobre de Carajás recolheram R\$ 691 milhões. Em Minas Gerais foram R\$ 530 milhões.

O aumento não traduz necessariamente alta da produção das minas e pode ter sido influenciado, em parte, por eventuais incrementos dos preços. Há que se considerar também que no primeiro semestre de 2019 houve a tragédia de

Brumadinho, que afetou a mineração de ferro da Vale e outras empresas em Minas Gerais.

Além disso, o recolhimento da contribuição federal sobre o setor mineral (Cfem) - ou royalties - é feito com um mês de defasagem: ou seja, os valores arrecadados em abril, por exemplo, se referem à produção de março.

Ainda assim, o presidente do conselho administrativo do Ibram, Wilson Brumer afirma que os números dos royalties mostram que mesmo durante a pandemia as empresas que operam no Brasil têm registrado aumento em seu faturamento. A Cfem é calculada com base no faturamento bruto das empresas.

Maior destino das principais commodities metálicas brasileiras, a China passou por um período de redução de demanda quando começou a ser afetada pelos primeiros casos de contaminação e mortes por coronavírus. Foi fortemente afetada nos meses de fevereiro e março. “A China teve um problema no início de janeiro, mas já vem se recuperando e crescendo em termos de mercado novamente”, destacou Brumer.

Segundo o executivo, no cargo desde meados do primeiro semestre de 2019, apesar do baque quase generalizado em quase todos os setores da economia, as mineradoras no Brasil conseguiram até agora evitar demissões e mantêm seus planos de investimento.

“O setor já tinha previsto um investimento entre 2020 e 2024 de US\$ 32,5 bilhões. No período anterior, entre 2019 e 2023, a previsão era de US\$ 27,5 bilhões”, disse o executivo.

Diante das demandas da pandemia, as principais empresas do setor mineral se mobilizaram e já doaram R\$ 700 milhões, atrás apenas das doações feitas pelos bancos e outras empresas do setor financeiro, que já informaram R\$ 1,6 bilhão.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 08/05/2020

Seção: Empresas

Autor:

Título: Destaques

Prejuízo da ArcelorMittal

A ArcelorMittal reportou prejuízo líquido de US\$ 1,12 bilhão no primeiro

trimestre, revertendo lucro de US\$ 414 milhões no mesmo período de 2019. A empresa também anunciou a suspensão temporária do pagamento de dividendos por conta do surto do coronavírus. A companhia siderúrgica e de mineração sediada em Luxemburgo viu a receita com vendas cair 22,6%, para US\$ 14,84 bilhões, em parte devido aos menores embarques de aço relacionados à pandemia, segundo a “Dow Jones Newswire”. O Ebitda (lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização) foi de US\$ 967 milhões, 41% abaixo dos US\$ 1,65 bilhão de um ano atrás. Analistas previam um Ebitda trimestral de US\$ 867 milhões, conforme projeção da empresa. A ArcelorMittal disse que espera que o Ebitda para o segundo trimestre fique entre US\$ 400 milhões e US\$ 600 milhões.

Decreto da ‘Conta Covid’

O ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, afirmou que será publicado na semana que vem o decreto que regulamenta a Medida Provisória 950, que permite a contratação de um empréstimo para garantir a solvência do setor elétrico durante a crise. Ele disse que a pasta continua conversando com bancos. A inadimplência no setor elétrico atingiu 12% no fim de abril. O efeito para as distribuidoras já chega a R\$ 1,8 bilhão.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 08/05/2020

Seção: Empresas

Autor:

Título: Curtas

Gás na comunidade

A Supergasbras, empresa do Grupo SHV Energy que atende cerca de 10 milhões de famílias no Brasil, firmou parceria com a Cufa- Central Única das Favelas - e vai apoiar o projeto Mães da Favela, doando 30 mil botijões de 13 kg de gás para mães de favelas e comunidades em todo o Brasil. A empresa também está doando 30 mil máscaras cirúrgicas para o Hospital do Câncer de Barretos.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 08/05/2020

Seção: Editorial

Autor:

Título: O que explica o saldo comercial na pandemia

Exportações de US\$ 18,3 bilhões e importações de US\$ 11,6 bilhões permitiram, em abril, um superávit comercial de US\$ 6,7 bilhões, o maior para o mês nos últimos três anos, segundo a Secretaria de Comércio Exterior (Secex) do Ministério da Economia. Apesar da queda de 2,2% da corrente de comércio (soma de exportações e importações), para US\$ 123 bilhões no primeiro quadrimestre do ano, o comércio exterior brasileiro parece sofrer menos as consequências da pandemia do que outras atividades econômicas, ajudando a atenuar seu impacto sobre o Produto Interno Bruto (PIB) de 2020, bem como contribuindo para evitar déficit maior na conta corrente do balanço de pagamentos.

Pelo critério de média diária, as exportações caíram 0,3% entre abril de 2019 e abril de 2020 e as importações declinaram 10,5%. Especialistas já reveem, para mais, as expectativas para o superávit comercial do ano. A Secex espera saldo positivo da ordem de US\$ 46,6 bilhões, apenas 3% inferior ao de 2019. A elevada competitividade dos produtos primários brasileiros e a demanda asiática, região para a qual se destinaram 47,2% do total das exportações brasileiras do primeiro quadrimestre, com crescimento de 15,5% em relação a igual período de 2019, tiveram papel decisivo no comportamento do comércio exterior.

Produtos do agronegócio como soja e farelo de soja, carnes bovina e suína e algodão bateram recordes históricos mensais de exportações em volume em março. Segundo o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), as exportações de itens agropecuários cresceram 17,5% no período. Em contraste com a crise no mercado de petróleo, as exportações de óleo bruto atingiram 1 milhão de barris/ dia em abril, 145% mais do que em abril de 2019. A Petrobrás atribuiu o fato à qualidade do óleo brasileiro.

A força dos produtos primários compensou, em larga medida, a queda das exportações de manufaturados, como veículos, celulose e motores. As vendas para a Ásia, não só para a China, mas para a Coreia do Sul, Cingapura e Tailândia, ajudaram a compensar a queda das vendas para os Estados Unidos e a América do Sul, não só para Argentina, mas para Chile, Uruguai, Paraguai e Peru. A China, ressalte-se, continua sendo o grande importador de produtos brasileiros, o que figuras importantes em Brasília não querem admitir.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 08/05/2020

Seção: Mercado

Autor: Daniel Carvalho e Gustavo Uribe /Brasília

Título: Presidente inclui construção entre atividades essenciais

O presidente Jair Bolsonaro (sem partido) ampliou a lista de serviços essenciais durante a pandemia do novo coronavírus, atendendo a demanda de empresários que se reuniram com ele na manhã desta quinta-feira (7).

Além da construção civil, que ele havia anunciado mais cedo, o presidente incluiu, em edição extra do Diário Oficial da União, mais três categorias: atividades industriais, setor de produção, transporte e distribuição de gás natural e o ramo químico e petroquímico de matérias-primas, bem com de produtos de saúde, higiene, alimentos e bebidas.

Com a inclusão na relação, as atividades econômicas passaram a ser autorizadas a funcionar mesmo diante das restrições de circulação determinadas por estados e municípios. Na semana passada, Bolsonaro já havia incluído na relação 13 serviços, entre eles alocação de veículos, o comércio de produtos de higiene e alimentação e o transporte de carga.

Bolsonaro ainda prometeu ampliar a relação de atividades que são consideradas essenciais. Ele prometeu novos decretos nos próximos dias. “O que não está no decreto ficou decidido que estados e municípios diriam se essas categorias poderiam ou não funcionar.”

VEÍCULO: O Globo

Data: 08/05/2020

Seção: Economia

Autor: RAFAEL WALENDORFF

Título: Bolsonaro vai questionar reajuste da gasolina

Na quarta-feira, Petrobras aumentou os preços dos combustíveis em 12%. De acordo com o presidente, não houve elevação da cotação do petróleo no mercado internacional para justificar essa decisão.

O presidente Jair Bolsonaro afirmou ontem que vai questionar a Petrobras sobre o aumento de 12% no preço da gasolina nas refinarias, que classificou de “manobra”.

Bolsonaro disse que não constatou elevação no petróleo a nível mundial, o que não justificaria a atualização dos preços dos combustíveis no Brasil. O comentário foi feito após o presidente afirmar que não vai aumentar a Cide sobre o combustível, como havia pedido o setor sucroalcooleiro, medida defendida pelos **ministros Bento Albuquerque, de Minas e Energia**, e Tereza Cristina, da Agricultura.

— A Petrobras subiu 12% a partir de hoje. Eu não vi o preço do petróleo aumentar lá fora para subir 12% aqui dentro. Quero saber que manobra foi essa. Não é interferir, é um direito que tenho de saber. Não sei porque a Petrobras aumentou, ela segue a política internacional do preço do petróleo — disse Bolsonaro, na porta do Palácio da Alvorada.

A decisão da Petrobras foi anunciada na quarta-feira e entrou em vigor ontem. O reajuste nas refinarias foi de 12%, em média, o que representa uma alta de R\$ 0,1097 por litro.

Foi a segunda vez que a Petrobras aumentou os preços da gasolina este ano. No dia 20 de fevereiro, houve um reajuste de 3%. A este se seguiram sucessivas reduções, devido ao início da quarentena, que fez a demanda despencar, e à crise internacional do petróleo.

Ontem o barril do petróleo tipo Brent, referência internacional, encerrou em alta de 0,4%, cotado a US\$ 29,57. Na semana, já acumula valorização de 12%, segundo a agência Bloomberg.

*Do Valor

MME / ASCOM .